Um olhar fronteiriço: paraguaios e bolivianos nas escolas de Mato Grosso do Sul

DOI: 10.54446/bcg.v13i2.3022

Ana Beatriz de Sá Neves[1], *Cláudia Heloiza Conte*[2]

Resumo

As relações em zonas fronteiriças são sempre muito complexas devido as especificidades de cada território e suas diferentes gestões. No âmbito escolar essas diferenças são ainda mais presentes, revelando desafios na aprendizagem e integração dos estudantes. Esse trabalho buscou analisar a dinâmica social dos estudantes bolivianos e paraguaios nas escolas de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto, a pesquisa foi realizada a partir de uma análise qualitativa e quantitativa afim de compreender os deslocamentos e suas características. Verificou-se que, entre outros motivos, os deslocamentos dos estudantes estrangeiros para as escolas brasileiras ocorrem devido à falta de infraestrutura em seu país de origem. Foi possível compreender ainda que, parte dos alunos sofrem xenofobia e preconceito, os levando a se isolar dos demais e buscarem seus próprios grupos a partir do sentimento de identidade.

PALAVRAS-CHAVE: fronteira, deslocamentos, educação, identidade, desafios.

1 Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: anabeatrizdesaneves26@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0775-0248.

2 Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina-UEL. Professora adjunta dos cursos de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. E-mail: claudia.conte@uems.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7537-0749.

Introdução

A partir do contexto histórico no mundo e especificamente no Brasil, o acesso a escola ocorreu de forma limitada, onde somente a elite tinha a possibilidade de estudar. Apenas com a democratização do país, na década de 1980, a educação brasileira se tornou parte da constituição e mesmo com todas as dificuldades e percalços, com acesso a todos. De acordo com Cury (2013, p. 198):

> A Constituição da República do Brasil de 1988 inicia o capítulo da educação com o artigo 205, no qual se afirma ser o objetivo da educação o pleno desenvolvimento da pessoa. E para alcançá-lo, a educação é definida como direito do cidadão e dever do Estado.

Por conseguinte, o Estado passa a ser provedor da educação para todos os indivíduos. Sobre esse aspecto, o acesso para todos nas escolas de estados fronteiriços, a partir da constituição, não deveria ser diferente, mesmo considerando as singularidades existentes nestes espaços em relação ao restante do território nacional, especialmente no que diz respeito a diversidade cultural e linguística.

Para compreender o funcionamento do ensino básico nas escolas de fronteira é necessário identificar as motivações da migração e a fixação de alunos estrangeiros nas escolas brasileiras. Para isso, mesmo que brevemente, este trabalho se ateve especificamente aos alunos bolivianos e paraguaios nas escolas de ensino fundamental da fronteira de Mato Grosso do Sul, investigando as dificuldades e os desafios que estes discentes encontram no ensino.

A metodologia consistiu em uma análise a partir de pesquisas bibliográficas e viagem de campo na fronteira de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY. O campo foi importante no sentido de vivenciar a realidade nesse território e conhecer moradores e profissionais que atuam nas escolas de fronteira. O trabalho está dividido em duas partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte é realizada uma discussão teórica sobre o conceito de fronteira e a relação entre migração e educação, para posteriormente abordar a presença de bolivianos e paraguaios nas escolas de Mato Grosso do Sul.

A construção da fronteira: uma breve discussão

Desde os primórdios, a localização geográfica sempre foi fundamental no contexto da formação territorial, pois é nesta perspectiva que as comunidades se transformaram em sociedade e delimitaram seus territórios. Os primeiros povos buscavam ocupar os lugares mais estratégicos para sua subsistência, como na beira dos rios, por exemplo.

Partindo desse princípio, as primeiras formações territoriais e as primeiras noções de limites e fronteiras eram voltadas a lugares que possibilitassem a extração de recursos naturais para suprir necessidades vitais. Nesse sentido, não havia muita relevância a conceituação e a delimitação dessas áreas.

Assim, a formação de famílias e comunidades que se identificavam entre si, através de crenças e costumes, resultou no desenvolvimento e fixação a partir do sentimento territorial, obtido na sua ligação permanente com o solo. Sobre esse aspecto, o conceito de território possui relações com elementos culturais e através dessas relações as territorialidades se constituem a partir do sentimento de pertencimento, configurando-os como territórios simbólicos. Conforme o processo de expansão, houve a necessidade de demarcação dos mesmos, como apresenta Haesbaert (2004, p. 3):

> A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

Dessa forma, o modelo econômico que foi sendo constituído na sociedade, juntamente com as transformações territoriais, resultaram na concepção de Estado atual, que é caracterizada pela formação de Estados-nações, que delimitam seus territórios através do poder e da soberania. Nesse sentido, Machado (2002, p. 1) afirma que:

> As velhas noções de reino não coincidem com as modernas noções de território, pois seus limites eram indeterminados e com frequência temporária. É nos séculos XVIII e XIX que o conceito de soberania moderno foi formalmente traduzido na concepção do território do estado como espaço limitado, e policiado pela administração soberana.

Com o decorrer dos anos, a estruturação dos Estados se baseou em territórios delimitados a partir de limites e fronteiras. Para adentrar essa discussão é fundamental compreender a diferenciação entre esses dois conceitos. Ambos são termos antigos, porém se tornaram mais evidentes após a criação dos Estados modernos.

O limite se refere a uma linha imaginária ou visível, que separa um território de outro, enquanto as fronteiras são caracterizadas pelas inter-relações. Portanto, enquanto os limites levam à uma discussão de até onde vão os territórios e o poder das unidades políticas, as fronteiras estão ligadas ao que está a frente, a face dos territórios, e isso remete à encontros e contato.

Para Machado (1998, p. 2), "enquanto os limites estão orientados 'para dentro' (forças centrípetas), a fronteira está orientada 'para fora' (forças centrífugas)", isto é, à medida que um representa o poder através dos domínios políticos sobre o território, com leis, regras e medidas impostas a nação; o outro possui uma complexidade devido a confluência entre um país e outro, o que envolve questões sociais como cultura, saúde, educação, miscigenação, entre outros.

Partindo do entendimento da sociedade, que está sempre em constante transformação, os conceitos também se modificam de acordo com estas mudanças. Um exemplo é o conceito de fronteira, que traz em seu contexto histórico diversas representações, até chegar ao momento atual, "seria assim a expressão de uma interface biossocial, que não escapa à historicidade e que pode, por consequência, ser modificada ou até mesmo ultrapassada" (RAFFESTIN, 1993, p. 164).

A primeira definição de fronteira é a que envolve o conceito de limite, como citado anteriormente, e que possuía um caráter exclusivo de separação e proteção de um território do outro, fossem elas naturais ou construídas pelos homens. No entanto, com a estabilização dos povos nos territórios, surgiu a necessidade de evidenciar essas demarcações e foi a partir da cartografia que esse processo foi realizado. De acordo com Ferrari (2014, p. 9):

> Se até então os limites entre propriedades territoriais se apresentavam imprecisos, é graças ao aperfeiçoamento e desenvolvimento da cartografia moderna, surgida no Renascimento, que as fronteiras seriam representadas e projetadas por meio de traçados precisos entre duas soberanias; é a fase da representação da fronteira por meio da linearização.

Esse modelo chamado de fronteira linear, inicialmente surgiu na Europa, a partir da concepção do Estado moderno. Com o Tratado de Tordesilhas, se espalhou para as Américas e para o restante do mundo, intrinsecamente como um modelo de possessão e como uma linha defensiva.

Nos mapas os limites são definidos, mas na realidade os limites são imaginários. Soma-se a isso a ideia de "separação" e dos interesses políticos, visto que a população residente nessas áreas fronteiriças possuem relações, integrações e trocas que sobrepõem a divisão.

Oliveira (2015), nesse sentido, afirma que o meio geográfico fronteiriço, repleto de fluidez e porosidade, tem se posicionado como verdadeira zona de contato entre povos e, assim sendo, não pode ser compreendido apenas como simples ferramenta de delimitação e demarcação. Nessa perspectiva, a ideia de fronteira linear serviria apenas para a demarcação nos mapas e como estratégia política, e surgiria então um novo termo que pudesse realmente traduzir a fronteira e suas dinâmicas.

> Finalmente, ao deslocar o enfoque de uma concepção 'linear', própria à noção de limite ou divisória internacional, para uma concepção de área ou região de fronteira, introduziu-se uma distinção muito relevante entre faixa e zona de fronteira (MACHADO *et al*, 2005, p. 59).

A faixa de fronteira, nesse contexto, seria caracterizada pela ideia separatista e a zona de fronteira como um espaço de identidades, onde os povos que ali se encontram possuem suas singularidades e costumes, e ao mesmo tempo, devido à proximidade e confluência entre eles, compartilham de suas vivências, tornando este

lugar um espaço de cultura e trocas de todos os aspectos. Segundo Rosa e Nunes (2015, p. 534):

> Os elementos existentes na fronteira advindos de uma produção simbólico cultural estão sempre se renovando na linguagem, nos gestos, no vestuário, na conduta pessoal e social, na música, na pintura, na dança, nos ritos, nas cerimônias, nas religiões, entre outros, pois a fronteira vista a partir destes elementos supera a ideia de separação pensada pela idealização de Estados/Nações.

Raffestin (1993) assegura que a complexidade das relações é talvez o que torna difícil a abordagem relacional. Se, por razões de comodismo, descreve-se primeiro as relações bilaterais, não se pode esquecer que se trata de uma abstração, no sentido de que na maior parte do tempo, as relações são multilaterais. Isto é, antes o que destacava-se em termos de discussões fronteiriças eram temas de cunho político e econômico, onde somente o Estado intervia. Hoje, devido ao avanço das ciências humanas, as discussões são levadas a multilateralidade, incluindo os interesses da população. Conforme Machado (2005, p. 55):

> A territorialização desses processos se dá tanto de "cima para baixo" (a partir da ação intencional do Estado ou das grandes empresas, por exemplo) quanto de "baixo para cima" (através das práticas e da significação do espaço efetivamente vivido e representado pelas comunidades). É, portanto, o processo de territorialização como acima concebido, ou seja, filtrado pelos agentes sociais, que acaba por delinear o território por uso e posse, e não somente por determinação jurídico- administrativa.

Os agentes sociais sempre foram responsáveis por moldar os espaços. Através da identificação, os povos juntavam-se e traziam à tona a criação dos Estados. Na atual sociedade isso não é diferente, pois o que determina a formação de um novo território e a distinção deste para outro são, entre outros elementos, os costumes reproduzidos pelos seus residentes. Dessa forma, a zona de fronteira além de ser considerada como um espaço de transição é também um espaço de identidades. De acordo com Machado (2005, p. 3):

> Enquanto no passado a identidade de uma pessoa era determinada por seu lugar na comunidade em relação às hierarquias sociais e cosmológicas, em tempos modernos a sociedade de massa foi sendo tecida por redes diversas de identidade. A nacionalidade como fonte da identidade teria surgido da necessidade das comunidades modernas serem reconhecidas e terem algum conforto frente a um mundo instável e indiferente.

Nesse contexto, a mobilidade fronteiriça remete não somente aos fatores econômicos e políticos, mas também aos fatores identitários e sociais. Esse último

fator é que motiva os migrantes a escolherem seus destinos por meio dos vínculos e pelo anseio de oportunidades para uma melhor qualidade de vida.

Para entender esses fluxos migratórios é fundamental associá-los com o desenvolvimento dos Estados, pois o crescimento destes, de certa forma, trouxe benefícios para a sociedade, como o desenvolvimento de tecnologias que facilitaram os deslocamentos, a comunicação com todas as partes do mundo, entre outros aspectos. No entanto, sob outro viés, causou uma competição ainda maior entre as grandes potências sobre os países em desenvolvimento.

Esses deslocamentos massivos surgiram a partir das contradições do mundo, onde poucos vivem bem e muitos vivem em situações precárias, que é a lógica do capital financeiro. Sobre esse aspecto, o mundo globalizado possui uma forte relação com as fronteiras, como mostra Nogueira (2021, p. 146):

> Na verdade, estamos vivendo um grande paradoxo colocado pela própria globalização: quanto mais global é o mundo contemporâneo, maior o número de fronteiras, criadas com o surgimento de novos estados nacionais. O mapa-múndi ainda sofrerá um maior retalhamento nos próximos anos, enchendo de linhas a representação política do planeta.

Como consequência, com a intenção de proteger a economia interna e seus territórios, os países que detém maior capital adotaram medidas restritivas de imigrantes em seus territórios, com a justificativa de que as entradas de outros povos poderiam afetar suas culturas e estabilidade. No entanto, o que implica essas "barreiras", é a forma com que é imposta para a sociedade, visto que os seres humanos são seres sociais que necessitam de contato, movimento e trocas entre si.

Essa divisão afeta o desenvolvimento social, as relações existentes e também, em alguns casos, o direito de ir e vir. Um exemplo desse modelo de fronteira é a que divide os Estados Unidos do México. Devido a questões políticas e econômicas, é alvo de diversas críticas, por tratarem as pessoas de forma desumana, registrando inúmeras mortes nessa busca incessante em barrar a entrada de imigrantes. De acordo com Pereira (2014, p. 99):

> Todas as áreas de fronteira internacional fomentam rivalidades e desconfortos para seus moradores, haja vista a construção do "muro físico" que está sendo levantado na fronteira dos Estados Unidos com o México, numa demonstração da superioridade americana com relação ao seu vizinho.

Nesse sentido, nota-se que as relações existentes em uma zona de fronteira são muito profundas devido, entre outros motivos, a discrepância existente em cada país. No entanto, como é uma área em que diferentes nações entram em contato direto, as trocas culturais e a convivência das pessoas são aspectos que devem ser analisados com prudência, respeitando os valores humanos.

Segundo Moura e Cardoso (2016, p. 207), "a inoperância das ações públicas e a desconsideração dos movimentos migratórios como questão social sujeitam a que se atentem frequentemente contra os direitos humanos dessas pessoas em movimento, tornando-as sujeitos sem cidadania". Para melhor compreender essa dinâmica, a próxima parte irá discutir a relação entre migração e educação.

Migração e educação

Da mesma maneira que fronteira, o conceito de migração é complexo, devendo considerar as diferentes motivações que envolvem os migrantes, bem como a compreensão de que os fluxos migratórios perpassam por desafios, devido a subjetividade dos dados e das informações a respeito desses agentes sociais.

Conforme Campos (2018, p. 67), "o estudo dos fenômenos sociais muitas vezes esbarra nas dificuldades de dimensionar a magnitude dos eventos", e nesse sentido o Estado moderno, que tem como característica o uso da quantificação para justificar suas diretrizes, elabora as estatísticas que são resultantes de variáveis. No entanto, a escolha dessas variáveis nem sempre correspondem com a realidade, trazendo muitas vezes para a sociedade uma ideia engessada, desconsiderando outros fatores que são importantes.

Essa dificuldade em encontrar a precisão dos dados estatísticos está relacionada a aspectos que dependem da conjuntura política dos Estados, as diferentes opiniões e gestão dos territórios. Além disso, estão intimamente ligadas à maneira como os migrantes são tratados no país que estão se refugiando ou residindo. De acordo com Campos (2018, p. 67):

> Embora seja um fenômeno comum entre as populações humanas, a migração está correntemente sujeita a mudança de significado e importância, dependendo da maneira como se insere em cada contexto histórico. Ganha contornos específicos em cada lugar e momento, o que influencia, consequentemente, na sua conceituação e possibilidade de mensuração.

Um exemplo de autonomia do Estado foi a criação do Estatuto dos Estrangeiros (Lei nº 6.815/80), sancionada por Figueiredo, em 1980. Essa lei, em teoria, deveria compreender e atender as necessidades dos migrantes, porém, na prática, implicava uma série de restrições. Para Kanas (2018), o Estatuto do Estrangeiro refletia as preocupações do governo militar no contexto da Guerra Fria, subordinando o tema das migrações à perspectiva da segurança nacional e afastando de uma gramática de direitos.

Diante do exposto, surgiu a necessidade de abolir o Estatuto dos Estrangeiros e criar uma nova lei que pudesse assistir aos imigrantes, concedendo-lhes direitos básicos que não existiam no Estatuto, como por exemplo, o direito de expor suas opiniões e associação a partidos políticos, acesso a oportunidades de emprego, bem como a regularização dos vínculos empregatícios, acesso à saúde e à educação.

Esse novo regulamento está amparado na Lei dos imigrantes (Lei 13.445/2017), que foi sancionada em 2017. No entanto, de acordo com Kanas (2018, p. 94), "a garantia do direito de expressão e associação não significa que o Brasil reconheceu os imigrantes como sujeitos políticos plenos, pois mesmo que houvesse um avanço com a Lei dos imigrantes estes ainda não possuem o direito de voto".

No que concerne as migrações, é possível verificar que, mesmo diante das alterações em algumas leis, a definição do conceito de migrante ainda é muito superficial, e talvez ainda permaneça distante de efetivamente atender a realidade e as especificidades de cada um.

Esse obstáculo gera diversos problemas sociais, além da dificuldade dos migrantes em se adaptar e garantir os direitos básicos nos países de destino. Soma-se a isso, outro fator que é pouco discutido e que ocorre frequentemente nos territórios, que é a xenofobia. A xenofobia é considerada como uma aversão a povos de outras culturas, onde são tratados com preconceito e exclusão todo aquele diferente de sua nacionalidade.

Na Constituição Federal de 1988, o artigo 3 apresenta um ponto muito relevante para fundamentar as discussões sobre as relações de fronteiras a partir da premissa do respeito pela pluralidade e da igualdade. No inciso IV, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Visando a continuidade de um Estado democrático, entre os direitos do cidadão, encontra-se a educação. Conforme o artigo 205, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Quando correlacionamos a migração com o ensino, é imprescindível entender como funciona a dinâmica das escolas nas zonas de fronteira, que se constituem em espaço diversificado e plural. Quando se trata de cidades gêmeas, a intensidade dos contatos e das trocas é ainda maior, já que esse termo se remete a cidades que são interligadas e separadas muitas vezes pela travessia de uma rua. Consoante com Silva (2012, p. 6):

> As cidades gêmeas podem estar unidas por pontes, rodovias ou até mesmo não haver nenhuma obra de infra-estrutura que as conecte. Porém, a característica que marca as cidades gêmeas é a intensidade das interações transfronteiriças articuladas entre elas. Estas interações criam um meio e uma paisagem específica com elementos de ambos os países.

Por conseguinte, essa forte ligação entre um Estado e outro, traz desafios para ambos os lados, posto que é difícil controlar os fluxos e as relações, trazendo para essas regiões uma política mais maleável e menos estruturada. Desse modo, o país

que possui um maior desenvolvimento desperta o interesse em seu vizinho, que busca do outro lado garantir direitos básicos.

No que se refere à educação, os desafios são a adaptação e a criação de metodologias que atendam as singularidades dos alunos migrantes. Rajagopalan (1998) aponta que a construção da identidade do indivíduo evolui de acordo com a língua. Nesse sentido, no contexto de fronteira, tem que ser considerado o fato de que o ensino obrigatório da língua inglesa em território nacional, como estabelecem as diretrizes gerais da educação no país e regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), não contribui para esta realidade.

No Tratado de Assunção, o artigo 23 aponta os idiomas português e espanhol como idiomas oficiais. "Os idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião (BRASIL, 2005, p. 18). A partir disso, viu-se a necessidade de adequar os sistemas educacionais regionais, sobretudo nas áreas de fronteira, com foco na melhoria da educação.

> Implica o conhecimento, a valorização e a produção das culturas envolvidas, tendo por base práticas que caminhem para a interação e o diálogo entre os grupos envolvidos, fazendo surgir novos conceitos de cultura, o reconhecimento das características próprias e o respeito mútuo. Além disso, se proporciona o conhecimento e o uso de mais uma língua, o que contribui para o aprimoramento de suas relações comunicativas, tendo em vista que esses alunos se encontram, em maior ou menor grau, expostos a situações de utilização de ambos os idiomas (FLORES, 2019, p. 3).

Albuquerque (2005), por sua vez, evidencia que, a facilidade de transitar na fronteira não retira a identidade nem a autonomia brasileira dentro de seu território, mas soma e auxilia para que o ambiente seja de contribuições de uma cultura para outra, ao invés de segregar e/ou excluir.

Nas fronteiras existe um interculturalismo, ou seja, "uma relação de reciprocidade entre essas diferentes culturas" (GODOI, 2019, p. 36). Esta relação de reciprocidade ocorre pelo fato de tanto o setor econômico quanto o educacional contar com o trânsito contínuo de pessoas de um lado e outro da fronteira.

A diversidade cultural mostra que mesmo diante da mobilidade é essencial repensar o ensino e os processos de formação docente, pois os sujeitos sociais são históricos e ligados fortemente com suas nacionalidades. Gomes e Silva (2002) afirmam o papel da escola como parte constituinte do processo de humanização, socialização e formação.

Com o intuito de alcançar essas metas, foram criados alguns programas. O primeiro que começou como um projeto inserido no âmbito do Mercosul e posteriormente se tornou um programa, em 2015, foi o Programa de Escolas

Bilíngues de Fronteira (PEBF), afim de integrar as fronteiras por meio da educação. Conforme o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Brasil (2011):

> O Programa Escolas Bilíngues de Fronteira visa à formação continuada de professores que atuam em escolas situadas em zonas de fronteira entre o Brasil e outros países, com o objetivo de integrar professores e estudantes brasileiros com os professores e estudantes dos países vizinhos e ampliar as oportunidades de aprendizado da segunda língua.

Apesar da criação deste programa é fundamental compreender que a maior parte dos alunos advindos da Bolívia e do Paraguai frequentam escolas que não possuem características bilíngues e que, em sua maioria, não estão adequadas a receber tais estudantes. Desse modo, para melhor compreender como se dá esta dinâmica, a próxima parte irá abordar a realidade e desafios que os estudantes bolivianos e paraguaios encontram nas escolas de Mato Grosso do Sul.

Bolivianos e Paraguaios nas escolas do Mato Grosso do Sul

Antes de abordar as características das fronteiras da Bolívia e do Paraguai com o Brasil, é importante ressaltar a localização estratégica que o território brasileiro se encontra na América do Sul. Sua localidade é correspondente à fronteira com 10 países, exceto o Equador e o Chile. A faixa de fronteira, por sua vez, é compreendida por 150 km de extensão, estabelecida pela Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, e regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.

Com a finalidade de organizar esses espaços, o governo federal, através do Ministério da Integração, promoveu uma proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), em 2005, onde os pesquisadores utilizaram como base, considerações sobre políticas integradoras e de respeito mútuo entre países vizinhos. Sobre esse aspecto:

> O Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira tem como desafio a mudança no conceito que se tem de fronteira, entendendo que essa não é somente uma região longínqua e isolada, mas um espaço de integração, no qual se deve estimular o desenvolvimento transfronteiriço, buscando a integração, sobretudo na ativação das potencialidades locais (BRASIL, 2010, p. 35).

Essa reestruturação trouxe uma divisão da faixa de fronteira por Arcos, divididos em Arco Sul, Arco Norte e Arco Central. O Arco que neste trabalho nos interessa é o Arco Central, composto pelos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. É considerado de extrema relevância devido a presença das duas maiores bacias hidrográficas da América Latina: Bacia da Amazônia e Bacia Platina.

Quando partimos para uma escala menor, afim de analisar o estado de Mato Grosso do Sul, que é o objeto dessa pesquisa, compreende-se um território que se

encontra na região Centro-Oeste. Segundo o IBGE, sua área é de 357.147,995 km^2 e possui 79 municípios, fazendo divisa com Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná e São Paulo, e fronteira com o Paraguai e Bolívia (Figura 1).

Figura 1. Localização de Mato Grosso do Sul.



Fonte: Google Earth, 2022.

No Mato Grosso do Sul, os municípios que mais realizam trocas na faixa de fronteira, devido a um número maior de habitantes, são os municípios de Corumbá e Ponta Porã. Estes fazem fronteira respectivamente com o território boliviano, com as cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, e com o território paraguaio através da cidade de Pedro Juan Caballero.

De acordo com a estimativa populacional de 2021, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população de Corumbá é de 112.669 habitantes, enquanto a população de Ponta Porã é de 95.320 habitantes. Já nas cidades bolivianas de Puerto Suarez e Puerto Quijarro, de acordo com o censo de 2021 do INE (Instituto Nacional de Estadística), possuem aproximadamente 22.906 e 19.197 habitantes, respectivamente. Já em Pedro Juan Caballero/PY a população é de 123.784 habitantes.

Na fronteira Corumbá-Bolívia (Figura 2), de acordo com Souchaud e Baeninger (2008), no censo demográfico de 2000 foram registrados 789 domicílios com a presença de bolivianos na cidade de Corumbá, representando 3,4% do total de domicílios e correspondendo a 3.240 habitantes. Devido à grande concentração, é notória a participação desta população atuando em diversas áreas, sendo agentes sociais e transformadores do território.

Figura 2. Fronteira entre Bolívia–Brasil.



Fonte: Campo Grande News (2022).

Nas fronteiras consideradas cidades-gêmeas, as interações são mais intensas em todos os âmbitos, gerando muitas vezes conflitos pela não aceitação dessa condição em que vivem. Essa rejeição parte da definição de poder, embutida nos discursos nacionalistas, e através das escolas pode-se observar como esses conflitos estão enraizados.

Conforme Júnior et al (2019), a presença boliviana em Corumbá é fator de desconforto. Dessa forma, falas do tipo "esses estrangeiros roubam nossos empregos", "os estrangeiros não possuem higiene", "por que não voltam para os países deles?", são frases reproduzidas pela sociedade e que chegam até o ambiente escolar, afetando não somente o desempenho nas atividades e avaliações dos estudantes migrantes, mas também atingindo o emocional, provocando o isolamento e o aumento de práticas racistas e xenofóbicas.

Portanto, apesar da proximidade entre essas cidades, e de não existir propriamente um muro físico, o preconceito e a resistência à entrada de migrantes é considerado como um muro simbólico, pois isola as nacionalidades entre si, não permitindo a abertura ao diálogo e as trocas culturais. Esses conflitos trazem desafios, principalmente na educação, tendo em vista o convívio contínuo dentro da sala de aula.

Um outro fator que separa as nações e dificulta o processo de aprendizagem é a linguagem. Nas regiões fronteiriças, quando não se tem políticas públicas educacionais efetivas que fomentem o aprendizado dos idiomas de ambos os países, a compreensão, bem como a inserção dos migrantes é dificultada. Corroborando com Silva et al (2021, p. 1277):

> A construção de uma nacionalidade se materializou em um processo histórico de colonização cultural, étnica e linguística, que envolveu, de um lado, a difusão da língua portuguesa e, de outro, o silenciamento e apagamento de tantas outras línguas, dando visibilidade à já pressuposta hierarquização da língua.

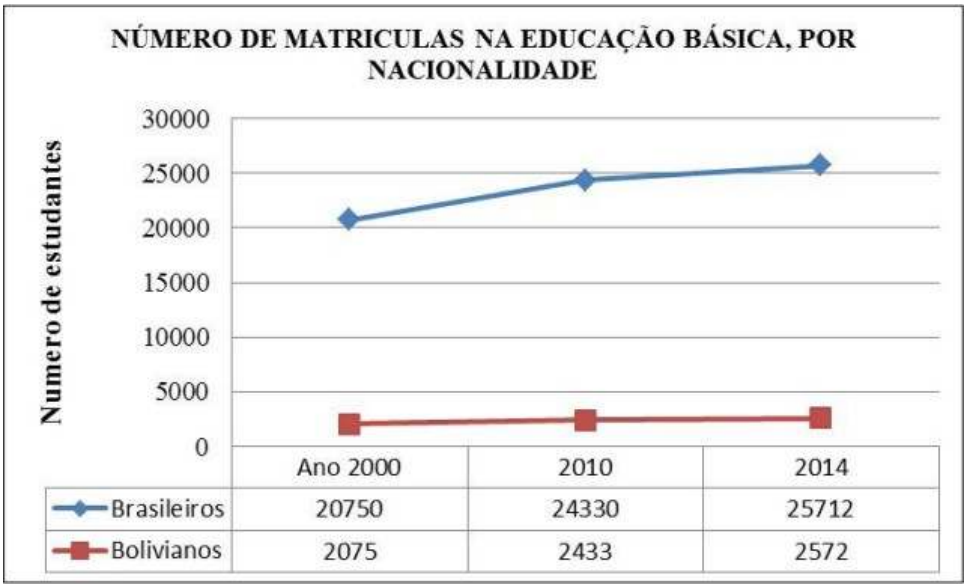
Partindo do entendimento de que a língua materna do Brasil é o português, ao analisarmos qual o segundo idioma priorizado nas escolas do país, encontra-se a língua inglesa. No entanto, a língua oficial dos países latino-americanos, que fazem fronteira com o estado sul-matogrossense, é a língua espanhola, que deveria ter a mesma relevância.

Essa problemática se intensifica quando os corumbaenses não demonstram interesse em aprender o espanhol, sendo contrários aos bolivianos, que se dedicam a compreensão e a adaptação da língua portuguesa (GOLIN, 2017). Sobre esse contraste de interesses, os bolivianos entendem que aprender a língua portuguesa é uma condição necessária para terem êxito tanto na aprendizagem quanto na formação de laços e afetos. De acordo com Araujo et al (2015, p. 156):

> A construção da identidade social passa, necessariamente, pela língua. A língua é, portanto, um instrumento de poder. Aprender a Língua Portuguesa, oral e escrita, faculta ao indivíduo a possibilidade de identificar, de afirmar e de constituir, ou seja, de ser parte de um grupo social. Nessa perspectiva, nas escolas o número de estudantes bolivianos é significativo. O Decreto que os ampara é de nº 6.737, de 12 de janeiro de 2009, Art. 1, que considera: "O Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos.

Segundo Araujo et al (2015, p. 150), dados da Secretaria de Educação do Município de Corumbá demonstram que, em 2014, foram matriculados 2.572 alunos bolivianos nas escolas públicas de ensino fundamental do município, o que corresponde a 10% do total de alunos matriculados. Os autores elaboraram um gráfico (figura 3) representando o percentual de aumento de matrículas entre os anos 2000 a 2014.

Figura 3. Número de matrículas na educação básica, por nacionalidade. Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Corumbá (MS).



Fonte: Araujo et al. (2015, p. 151)

Ainda de acordo com Araujo et al (2015, p. 154):

> Em entrevistas realizadas junto aos professores bolivianos que atuam nas escolas de Puerto Suárez, entende-se que a falta de infraestrutura nas escolas, a falta de investimentos, os baixos salários e a falta de incentivos para a fixação de professores do ensino básico na fronteira são os fatores que fragilizam o ensino e, em consequência, estimulam o fluxo migratório para o Brasil. Ao analisar esses aspectos e considerando os dados apresentados no gráfico, é possível compreender o aumento do número de matrículas ao longo dos anos. A busca por uma melhor qualidade de vida e condições dignas de estudo é o fator primordial que justifica esses deslocamentos em massa.

Nesse contexto, ao abordar a situação do sistema educacional na fronteira Brasil/Paraguai, é possível verificar que as motivações dos deslocamentos não são diferentes. É importante ressaltar que a configuração dessa fronteira, especificamente entre as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, aparenta que aquele território é pertencente a somente um Estado, devido ao limite formado por uma rua (Figura 4).

Figura 4. Marco da divisa entre Brasil e Paraguai.



Fonte: Campo (2022)

A proximidade desses territórios faz com que sejam facilmente transpassados, e diante dessa facilidade, as pessoas que ali residem, realizam trocas econômicas e sociais intensas.

Dados sobre as matrículas nas escolas de Ponta Porã constatam que o número de alunos paraguaios é crescente ao longo dos anos. Segundo a análise de Pereira (2009, p. 59), a partir dos dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os indicativos de população entre as idades de 7 a 14 anos, de 1996 a 2005, são menores ao serem comparados ao número de alunos matriculados nas séries de 1º a 8º , que correspondem a essa faixa etária. Como demonstra a tabela abaixo (Figura 5).

Figura 5. Dados sobre população e matrículas.

ANO	População estimada na faixa de 7 a 14	População matric. 1ª a 8ª séries	Total de estudantes com + de 14 anos	Taxa de distorção + de 14 anos
1996	11.133	16.165	5.032	31,13
1997	11.693	16.958	5.265	31,04
1998	11.991	17.698	5.707	32,25
1999	12.290	17.683	5.393	30,50
2000	11.889	16.688	4.799	28,76
2001	11.488	17.453	5.965	34,18
2002	11.641	18.121	6.480	35,76
2003	13.302	17.989	4.687	26,05
2004	13.351	17.407	4.056	23,30
2005	13.965	17.012	3.407	17,91

Fonte: IBGE – Censos Demográficos e Contagem Populacional.

Entende-se que essa diferenciação ocorre devido as matrículas de alunos paraguaios e que estudam nas escolas brasileiras. Da Costa Martins (2017) mostra que na década seguinte, ou seja, em 2016 a rede municipal de Ponta Porã registrou a matrícula de 1.627 alunos, sendo que desses, 619 residiam no Paraguai, atravessando diariamente a fronteira para estudar.

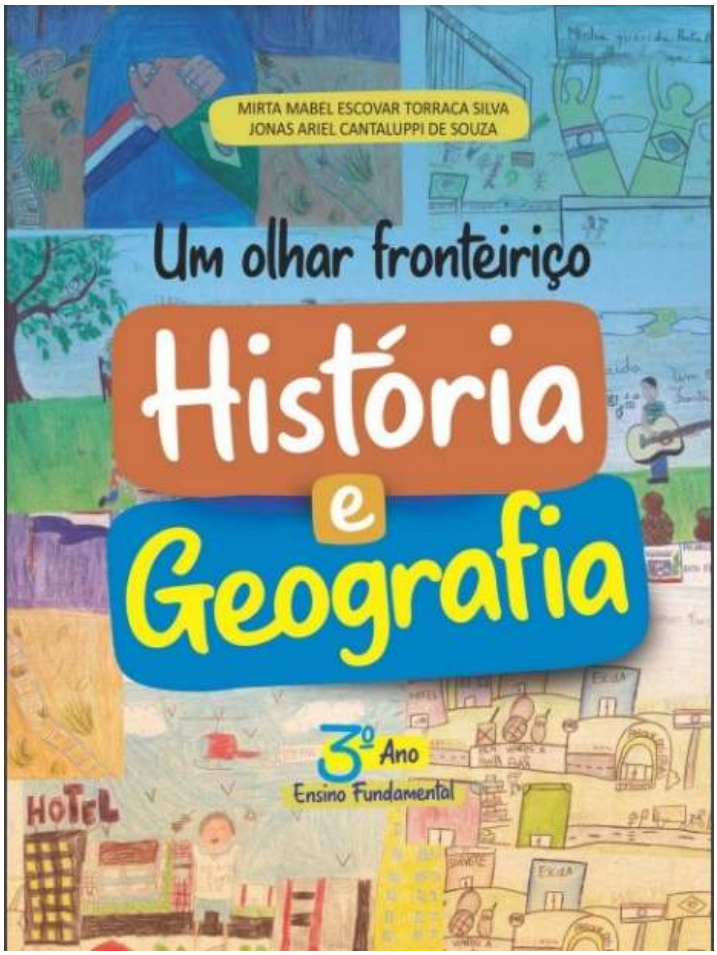
De acordo com a fala da diretora da Escola Municipal Manoel Martins, em entrevista realizada, muitos pais matriculam seus filhos pensando no bem-estar das crianças, como, por exemplo, pela oferta das merendas, assim como pela qualidade de ensino. Apesar do intenso fluxo de alunos paraguaios nas escolas de Ponta Porã, a diretora evidenciou a dificuldade das professoras em relação a língua.

A linguagem é o principal entrave em Ponta Porã, assim como nas escolas que fazem fronteira com a Bolívia. Muitos professores não compreendem o espanhol e nem o guarani, o que atrapalha a comunicação e o entendimento das necessidades dos alunos. Nesse sentido, a diretora relatou que existe uma colaboração entre os professores que são fluentes. Apesar disso, nota-se que, nesta escola especificamente, existem professores que falam o espanhol e o guarani, mas não se trata de uma ação governamental, que deveria tratar essa questão com políticas mais efetivas.

A fala da diretora deixa evidente uma problemática que se mostra mais ampla quando pensada em termos das fronteiras brasileiras, ou seja, a ausência do planejamento público no que diz respeito a formação específica para os professores da fronteira, que não tem preparo para atender os alunos dos países vizinhos. Nessa discussão, Torrecilha (2013, p. 948) aponta que, "tais diferenças residem nas economias dos dois países, porém [...] para o Paraguai, por ter índices sociais mais baixos que o Brasil, a dependência é maior no serviço de educação, muitas vezes sobrecarregando a cidade vizinha de Ponta Porã".

Neste contexto, é importante apontar a iniciativa de uma professora de Geografia que, em sua prática docente verificou a ausência de material didático específico para trabalhar conteúdos regionais, com ênfase para os anos iniciais do ensino fundamental de Ponta Porã. Desse modo, em parceria com outros docentes e técnicos pedagógicos, elaborou o livro didático "História e Geografia: um olhar fronteiriço", destinado ao terceiro ano do ensino fundamental (figura 06).

Figura 6. Livro didático "Um olhar fronteiriço: História e Geografia".



Fonte:http://ead.genesis.tec.br/pontapora/pluginfile.php/1813/mod_page/content/6/Ebook_UM%20OLHAR%20FRONTEIRICO%20completo%20%283%29.pdf.

Ainda sobre a visita a Escola Municipal Manoel Martins, foi questionado sobre a dificuldade dos estudantes paraguaios na adaptação a escola, tendo em vista a barreira linguística. A professora relata que recebe todos os anos estudantes paraguaios, que falam o idioma guarani e espanhol, e os que falam o "portunhol".

Não havendo, na maioria dos casos, a iniciativa por parte dos professores, cabe aos estudantes aprender o português para se comunicar com os próprios professores, com os colegas e demais pessoas do ambiente escolar. Essa dinâmica pode causar prejuízos no processo de entendimento das aulas e na interação social.

Este processo que envolve a presença de alunos paraguaios e bolivianos nas escolas de Mato Grosso do Sul se dá majoritariamente com a matrícula dos alunos estrangeiros a partir da apresentação de documento brasileiro, que são adquiridos pelas famílias através da comprovação de residência em território nacional, entre outras situações, como apontam Frasson e Schlosser (2012, p. 12).

> Quanto ao registro, certidão de nascimento, evidenciam diferentes situações como: alunos registrados no Paraguai, alunos registrados no Brasil, cuja mãe, veio na ocasião do nascimento e registrou o filho em cartório brasileiro, alunos cujos pais trazem documento

> do hospital (no registro a nacionalidade é brasileira), ou ainda um documento provisório do consulado (no registro a nacionalidade é paraguaia) brasileiro no Paraguai. Estes últimos são conduzidos pela escola para a Defensoria Pública para darem encaminhamento ao registro oficial. O mesmo acontece com aqueles que estão desprovidos de toda e qualquer documentação.

A partir disso e com a matrícula garantida, tanto a coordenadora quanto a professora entrevistas apontaram que as crianças paraguaias aprendem o português em média entre três e seis meses. Trata-se da facilidade pela convivência com outras crianças brasileiras na escola, mas soma-se a isso a questão cultural presente na vida delas desde muito cedo, como canais televisivos brasileiros.

Diante do exposto, a realidade presente na ambiência escolar da fronteira é marcada pela pluralidade cultural e étnica. Esse cenário é importante para estimular os alunos e professores, na intenção de ampliarem seus conhecimentos e principalmente ampliarem as integrações, com o propósito de amenizar as disparidades sociais.

Considerações finais

Analisar os movimentos migratórios é complexo devido as especificidades de cada território e as suas diferentes gestões. É necessário, sobretudo, considerar o fato de que cidades de fronteira contam com dinâmicas distintas do território nacional, que nesses espaços os fluxos em termos econômicos, sociais e culturais se dão majoritariamente com o país vizinho.

Quando correlaciona-se a migração com o sistema educacional é importante levar em consideração os aspectos que contemplem a pluralidade étnica, linguística e cultural. Ficou evidente o grande fluxo de estudantes paraguaios e bolivianos nas escolas de Mato Grosso do Sul, ao mesmo tempo em que a ausência de políticas específicas para esta área se mostram insuficientes e até mesmo ausentes.

Considerar esses aspectos desde a base em uma parceria das escolas, órgãos públicos e os familiares, é de extrema importância, visto que as crianças necessitam de maior atenção, pois sua capacidade de adaptação e compreensão frente aos adultos é reduzida. Para isso é essencial promover o ensino do espanhol nas escolas de fronteira, assim como eventos e feiras culturais que contemplem elementos e festividades de ambos países, sem que nenhuma das nacionalidades se sintam menosprezadas.

Diante do exposto, portanto, é necessário que ocorra uma maior participação do governo através de políticas públicas, que antes de tudo sejam eficazes na mensuração dos migrantes, acompanhando de perto as dificuldades e os desafios, para que os dados sejam cada vez mais precisos e norteadores para fomentar as pesquisas científicas e darem subsídios para a solução de eventuais problemas.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, J, L, C. *Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai*. Tese (Doutorado em Sociologia)Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ARAUJO, A, P, C; CONCEIÇÃO, O, F; CARVALHO, L, C. A Arrogância Revelada no Conflito: Bolivianos e Brasileiros no Espaço Escolar da Cidade de Corumbá (MS). *Espaço Aberto, PPGG - UFRJ*, v. 5, n. 1, p. 145-162, 2015.

BOLÍVIA, *Instituto Nacional de Estadística*, 2021. INE. Instituto Nacional de Estadística, 2021.

BRASIL, *Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira*. Ministério do Desenvolvimento Regional, 2010.

_____. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.* Ministério da Educação, 2011.

_____. *Decreto-lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979*. Brasília, 2 de maio de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

_____. *Decreto-lei nº 85.064, de 26 de agosto de 1980*. Brasília, 26 de agosto de 1980; 159º da Independência e 92º da República.

_____. *Decreto-lei nº 6.737, de 12 de janeiro de 2009*. Base Legislação da Presidência da República. Brasília, 12 de janeiro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

_____. Senado Federal. *Constituição da república federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, Grupo RETIS – IGEO/UFRJ. Brasília, 2005.

CAMPO GRANDE NEWS. *Site*, 2021. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/bolivia-fecha-fronteira-para-conter-variante-brasileira-do-coronavirus> Acessado em: maio 2023.

CAMPOS, M. Afinal, quem é migrante? Agência e historicidade na mensuração da migração internacional recente no brasil. *Revista da Ufmg*, Belo Horizonte, v. 25, n. 1 e 2, p. 64-87, jan/dez. 2018.

CURY, C, R, J. Sentido da educação na Constituição Federal de 1988. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* (ANPAE), v.29, p.195-206, maio/ago.2013.

DA COSTA MARTINS, L, M. Sistema presença e gestão intersetorial na educação: diálogo exploratório sobre o Programa Bolsa Família (PBF) em escolas localizadas na região de fronteira. *Revista online de Política e Gestão Educacional*, p. 1464-1483, 2017.

FERRARI, M. As noções de fronteira em geografia. *Perspectiva Geográfica*, v. 9, n. 10, p.9, 2014.

FLORES, L, M, M. *A gestão escolar e a educação inclusiva: um estudo de caso de uma escola de educação infantil do município de São Sebastião do Caí*. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Feliz, 2019.

FRASSON, M; SCHLOSSER, M. T. S. Alunos "brasiguaios" em movimento na tríplice fronteira: novas possibilidades e novos limites na integração do aluno "brasiguaio". *Revista Formação Online*, v. 19, n. 2, p. 3-31, 2012.

GODOI, A, B. Urgência da reforma do Ensino Médio e emergência da BNCC. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 14, n. 29, p. 345-363, 2019.

GOLIN, C, H. *Educação física escolar na fronteira Brasil-Bolívia: desafios e dilemas interculturais*. 2017. 266 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Educação Física, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017.

GOMES, N, L; SILVA, P, B, G. O desafio da diversidade. In: GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. (Orgs.). *Experiências Étnico-Culturais Para a Formação de Professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

HAESBAERT, R. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre: PET-Geografia, 2004.

JÚNIOR, B, A; PASSAMANI, R, G; DUQUE, T. Fora chollos: gênero, sexualidade, alteridade e diferenças na fronteira Brasil-Bolívia. *Revista de @ntropologia da UFSCar*, 11 (1), jan/jun. 2019.

KANAS, O. G. Além da nação: reflexões sobre cidadania migrante. *Anais do I Colóquio Internacional de Pesquisas e Estudos Migratórios* [livro eletrônico], Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Serviço Social, p.93, 2018.

MACHADO, L, O. Estado, territorialidade, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In.: SILVEIRA, M. L. (Org.). *Continente em chamas. Globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MACHADO, L, O; HAESBAERT, R; RIBEIRO, L, P; STEIMAN, R.; PEITER, P, C.; NOVAES, A, R., *O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Uma Proposta Conceitual e Metodológica*. Rio de Janeiro: Grupo Retis, 2005.

MACHADO, L, O. *Limites, fronteiras, redes*. Porto Alegre: AGB, 1998.

MACHADO, L, O. *Sistemas, fronteiras e território*. Rio de Janeiro: Grupo Retis/UFRJ, 2002.

MOURA, R; CARDOSO, N, A. *Mobilidade transfronteiriça: entre o diverso e o efêmero. Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano*. Brasília: IPEA: ITDP,2016.

NOGUEIRA, R, B, J. Estados-nacionais, fronteiras e o ensino de geografia. *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, v. 1, nº 1, pp. 141-157, 2021.

OLIVEIRA, T, C, M de. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. *Revista da Associação Nacional de Pós- graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*, Fortaleza, v.1, n.15, p. 233-256, jan-jun.2015.

PEREIRA, J, H, V. Educação na fronteira: o caso Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (PY). *Papéis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens-UFMS*, v. 18, n. 36, p. 93-106, 2014.

PEREIRA, J, H, V. Diversidade cultural nas escolas de fronteiras internacionais: o caso de Mato Grosso do Sul. *Revista Múltiplas Leituras*, v.2, n. 1, p. 51-63, jan. / jun. 2009.

PONTA PORÃ. *Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã*, 2020.

RAJAGOPALAN, K. As políticas linguísticas. *DELTA [online]*, vol. 24, n. 1, pp. 135-139, 1998.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROSA, M, M; NUNES, F, G. Características e desafios do ensino de geografia em área de fronteira: considerações a partir do município de Coronel Sapucaia (MS), *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 42, n.2: 530-552, maio, 2015.

SILVA, A, A; SILLER, R, R; SILVA, V, P. Divisão sexual do trabalho e diversidade linguística na subalternização das infâncias: opressões étnicas, linguísticas e culturais na reprodução das desigualdades. *Zero-a-seis*, Florianópolis, v. 23, n. especial, p. 1260-1284, ago, 2021.

SILVA, L, P, B. A *geografia das cidades gêmeas de Corumbá (Brasil) e Porto Suárez (Bolívia): interações espaciais na zona de fronteira Brasil – Bolívia*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUCHAUD, S; BAENINGER, R. Collas e cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 25, p. 271-286, 2008.

TORRECILHA, M. L. *A gestão compartilhada como espaço de integração na Fronteira Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai)*. 2013. 180 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

A borde view: paraguays and bolivians in the schools of Mato Grosso do Sul

Relations in border areas are always very complex due to the specificities of each territory and its different management. In the school context, this differences are even more present, revealing challenges in student learling and integration. This work sougtht to analyze the social dynamics of bolivians and paraguayan students in border schools in state of Mato Grosso do Sul. The research was carried out from a qualitative and quantitative analysis in order to understand the displacements and their caracteristics. It was found that the displacements of foreign students to brazilians schools occur due to the lack of infraestructure in their country of origin. It was possible to understand that a part of the students suffer xenophobia and prejudice, leading them to isolate themselves from the others ans seek their own groups based on the feeling of identity.

KEYWORDS: frontiers, displacements, education, identity, challenges.

Una mirada de frontera: paraguayos y bolivianos en las escuelas del Mato Grosso do Sul

Las relaciones en las zonas fronterizas son siempre muy complejas debido a las especificidades de cada territorio y su diferente gestión. En la escuela, estas diferencias están aún más presentes, revelando desafíos en el aprendizaje y la integración de los estudiantes. Este trabajo buscó analizar las dinámicas sociales de estudiantes bolivianos y paraguayos en escuelas fronterizas en el estado de Mato Grosso do Sul. Por lo tanto, la investigación se realizó a partir de un análisis cualitativo y cuantitativo con el fin de comprender los desplazamientos y sus características. Se constató que los desplazamientos de estudiantes extranjeros a las escuelas brasileñas ocurren debido a la falta de infraestructura en su país de origen. Fue posible comprender que una parte de los estudiantes sufre xenofobia y prejuicios, llevándolos a aislarse de los demás, y a buscar sus propios grupos desde el sentimiento de identidad.

PALABRAS CLAVE: frontera, desplazamientos, educación, identidad, desafíos.

Artigo recebido em maio de 2023. Aprovado em novembro de 2023.